

**Santos, M. H. R. dos. (2021).
*A Reconstrução da Baixa de Lisboa no
século XVIII: O projecto de Manuel da
Maia. Caleidoscópio.***

por MAFALDA SAMPAYO

Professora Auxiliar

ISTAR-IUL – Centro de Investigação em Ciências da Informação, Tecnologias e
Arquitetura, ISCTE-IUL

mafalda.sampaio@iscte.iul.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0665-1317>

O livro aqui apresentado *A Reconstrução da Baixa de Lisboa no século XVIII: O projecto de Manuel da Maia*, publicado em 2021 pela editora Caleidoscópio, é da autoria de Maria Helena Ribeiro dos Santos. O seu argumento principal é que a Baixa de Lisboa resulta de uma intervenção planeada no século XVIII, e que foi judiciosamente executada, constituindo-se como um bom exemplo de Projeto Urbano, convertendo-se, assim, num caso precursor das intervenções seguintes.

Este livro baseia-se na tese de doutoramento de Ribeiro dos Santos, realizada e entregue em setembro de 2012 no *Departament d'urbanism i ordenació del territori* na Universitat Politècnica de Catalunya, sob orientação do Prof. Ferran Sagarra i Trias. A sua investigação, originalmente escrita em castelhano, tem como tema a reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755. Importa referir que esta autora já tinha um papel importante na caracterização da Baixa Pombalina, nomeadamente através da publicação da dissertação de mestrado realizada na *Université catholique de Louvain* (Santos, 2000) sob orientação do Prof. José-Augusto França (trabalho editado em 2000 e reeditado em 2005).

O livro, de grande valor metodológico, está estruturado em seis capítulos, contendo em anexo uma cronologia, um índice de ilustrações, um índice de legislação e documentos, e a transcrição de legislação e documentos.

A autora transcreve as fontes originais a que teve acesso nos fundos arquivísticos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), e anexa-os ao livro, possibilitando que futuros investigadores possam desenvolver o seu trabalho a partir de uma vasta legislação associada à reconstrução da Baixa, e que se encontra dispersa no ANTT.

Para a explicação do projeto urbano da Baixa de Lisboa, Ribeiro dos Santos recorre à cartografia urbana e aos escritos que acompanham o plano, dados-chave no estudo desta cidade, e instrumentos fundamentais para a compreensão do mesmo. Este é um projeto que se faz de raiz, mas em continuidade com o passado, onde a memória dos sítios antigos é apresentada na nova composição urbana.

No primeiro capítulo a autora faz uma introdução ao livro demonstrando o interesse desta investigação e a importância das fontes primárias para a compreensão e apresentação do processo de reconstrução da Baixa Pombalina.

O segundo capítulo intitulado “*Novembro de 1755. Lisboa destruída*” faz um enquadramento geográfico e geológico, um enquadramento morfológico, e uma análise dos aspetos geográficos no pós-terramoto e centra-se na apresentação dos relatos da catástrofe, indicando aquelas que foram as primeiras atuações pós-terramoto. Aqui são assinaladas as operações para desentulhar as partes da cidade mais afetadas com o terramoto. É apresentada a “Inspeção dos Bairros de Lisboa”, criada com o fundamento de promover e coordenar as intervenções necessárias no processo de reconstrução da cidade. Neste sentido surge a proibição de construção com pedra e cal dentro dos novos limites da cidade até à edificação do plano. Ao mesmo tempo, é instituída a necessidade de construir um cadastro com a designação de Tombo para registo dos terrenos e casas de cada proprietário antes do terramoto. Este cadastro permitiu então fazer as equivalências posteriores aquando da construção da nova cidade, reconversão da propriedade antiga no novo loteamento proposto.

O capítulo terceiro apresenta as propostas de Manuel da Maia (1677-1768) para a reconstrução de Lisboa. Primeiramente a autora faz um enquadramento à cidade de Lisboa anterior ao terramoto. São indicados os levantamentos existentes desta cidade, um de 1650 de João Nunes Tinoco e outro de 1718 de Manuel da Maia. Para além das propostas apresentadas na *Dissertação* de Manuel da Maia destacam-se dois planos de expansão da cidade de 1756-57 que não foram construídos. Estes planos, desenhados a régua e esquadro a seguir ao terramoto, introduzem-nos num novo modelo urbano de cidade, e mostram, como diz Santos Ribeiro, “novos conceitos de urbanismo” remetendo-nos para um pensamento pragmático da Lisboa iluminista.

Este terceiro capítulo é de grande importância, pois é nele que se apresenta a *Dissertação* de Manuel da Maia, um texto ainda hoje relevante para entender o processo de reconstrução da Baixa de Lisboa. Neste texto, Manuel da Maia mostra um método de emparcelamento e loteamento para fazer as equivalências entre as antigas propriedades e as novas. O intuito era oferecer aos antigos proprietários no novo plano parcelas idênticas às antigas, localizadas em posições comparáveis. Constituindo-se assim como um dos textos fundacionais da urbanística moderna.

Nesta *Dissertação*, Manuel da Maia procura fazer a reconstrução de Lisboa, protegendo-a dos sismos e dos incêndios. Santos Ribeiro faz diversas citações à referida *Dissertação* de Manuel da Maia, explicando nas três partes que a constituem as propostas que conduziram à reconstrução de Lisboa.

No início da *Dissertação* são enunciadas cinco hipóteses para a renovação de Lisboa. No 1.º modo conservar-se-ia a cidade antiga como era; no 2.º modo erguer-se-iam os edifícios com as alturas antigas e alargar-se-iam as ruas estreitas; no 3.º modo os edifícios passariam a ter dois pavimentos sobre o térreo e alargar-se-iam as ruas estreitas; no 4.º modo elaborar-se-ia um plano novo no sítio do antigo (este foi o modo escolhido); enquanto no 5.º modo, a cidade seria deslocada em direção a Belém.

Na segunda parte da *Dissertação*, Manuel da Maia estabelece regras para a redistribuição equitativa dos benefícios e encargos consequentes da execução do plano (equivalências entre o velho e o novo). Isto é, descreve um processo de equação matemática, onde os donos antigos teriam direito de preferência. No caso da aquisição de um proprietário de um lote maior, este deveria pagar a área em excesso. No caso de o lote ser menor o proprietário seria compensado em dinheiro.

Na terceira parte da *Dissertação* aparecem as diferentes propostas de plano. Seis propostas são descritas. Os planos 1 a 3 conservam os templos, ermidas e freguesias pré-existent, mas o Plano 1 apresenta a correção das ruas estreitas de mais uso e o melhoramento das largas; o Plano 2 apresenta maior autonomia de execução pelos projetistas; e o Plano 3 apresenta nova planta com toda a liberdade de execução. Os planos 4 a 6 não estão condicionados a conservar os templos, ermidas e freguesias. É escolhida a proposta de Plano 5. Todos os outros planos são conhecidos, mas o Plano 5 desapareceu.

A autora constrói uma narrativa explicativa do desaparecimento do Plano 5 chegando a consultar a cartografia levada para o Brasil por D. João VI. No entanto, nada se conclui sobre o paradeiro do Plano 5. É sabido pela *Dissertação* de Manuel da Maia que este, da autoria de Eugénio dos Santos de Carvalho, foi o escolhido para desenvolver o projeto. É também na terceira

parte da *Dissertação* que aparecem estabelecidas alturas dos edifícios e estabelece-se a necessidade de pensar uma arquitetura homogênea que caracterizaria o plano da Baixa de Lisboa.

No capítulo quarto é desenvolvido o assunto mais original desta tese: A implantação do Plano (traçado e loteamento) esmiuçado na estrutura morfológica do tecido urbano que deu origem à Baixa Pombalina. O plano aprovado a 12 de maio de 1758 requer medidas para a sua edificação. Estas regras surgem nas indemnizações para obtenção de solo na nova urbanização, nas garantias sobre empréstimos hipotecários e, nas isenções para o fomento da urbanização e edificação. Deste modo, na reconstrução da cidade havia que ter em consideração larguras uniformes para cada rua, sendo definido um desenho-tipo para as fachadas dos quarteirões de cada rua (com uma hierarquização das fachadas).

Sabendo que nas ruas principais a frente mínima do lote para edificar é de 26 palmos, o valor dos lotes é definido, construindo a autora um quadro síntese relativo ao sistema de equivalências dos terrenos. Onde o preço mais caro corresponde à Praça do Rossio, considerada sítio nobre. A aquisição dos lotes é morosa e várias leis são publicadas para avançar com o plano. Em 1759 começa-se a distribuição dos terrenos na Rua Augusta. A autora constrói um esquema gráfico que nos permite perceber a análise da distribuição dos lotes na Rua Augusta, seguindo os registos encontrados no arquivo da ANTT. Neste esquema temos o nome dos proprietários das parcelas, o tombo, a área nova no lote e área antiga do lote. Percebe-se que a modelação dos lotes está relacionada com a modelação geral da fachada — na largura de cada módulo da frente corresponde uma janela. Este estudo do parcelamento é estendido a outros estudos de caso, como o convento de Corpus Christi e o Rossio. Neste emparcelamento das propriedades na malha destaca-se a equidade em oferecer parcelas idênticas às antigas, localizadas em posições comparáveis. Assim, a memória da cidade pré-existente é assegurada através da parcela mínima de troca.

No capítulo quinto é exposto um contexto teórico do século XVIII. São evidenciados os princípios construtivos das cidades portuguesas fundadas neste século, e que têm raiz na arquitetura militar do século XVI. É dada relevância à atuação dos engenheiros militares como impulsionadores de um conhecimento científico técnico aplicado à construção. Estes realizavam as medições e avaliações das obras de fortificação, assim como os levantamentos e cadastros. Estes engenheiros e arquitetos projetavam também as cidades e os seus edifícios. A autora faz referência ao tratado da Ruação de Figueiredo Sanches como sendo um trabalho que surge em continuidade ou consequência direta do projeto de reconstrução de Lisboa.

Nas considerações finais (Capítulo 6) há que destacar o facto de a intervenção de Lisboa ser um exemplo de planeamento urbano no século XVIII, que servirá de mote para outras construções futuras.

Este livro mostra uma pesquisa exaustiva baseada em fontes primárias. Na análise cartográfica são realizadas vectorizações das propostas de plano para a Baixa usando a escala gráfica em palmos e não foi feita a sua conversão na escala métrica atual. Tendo sido convertida a planta atual para palmos. Quando são apresentadas as equivalências no texto para o sistema métrico atual, a autora considera um palmo craveiro idêntico a 22 centímetros. Esta conversão não altera a leitura qualitativa do projeto urbano. Todavia, para uma análise quantitativa do mesmo propomos que se atente à conversão de escalas destas plantas na tese de Sampaio (2012), onde são apresentadas as diferentes equivalências existentes, e onde se afere que as cartas dos diversos planos da Baixa não apresentam um palmo de 22 centímetros.

O texto de Maria Helena Ribeiro dos Santos está detalhadamente referenciado (249 notas de rodapé), largamente ilustrado (101 desenhos originais e redesenhados) e fundamentado em trinta e seis apêndices relativos à legislação e outros documentos. É sem sombra de dúvida um contributo relevante para a compreensão do processo de construção da Baixa de Lisboa. É também um grande mérito deste livro ter sido escrito por uma estudiosa com um forte registo de investigação sobre a Baixa Pombalina. O seu texto é intensamente estimulante e abre caminhos de investigação, faculta novos dados que devem ser reequacionados numa história que evolui. É de enorme interesse para historiadores, geógrafos, arquitetos, e os urbanistas em particular, deveriam de o ler. Isto é, a interpretação que nos é apresentada do processo de implantação do plano para a Baixa possibilitará aos investigadores interpretar outros projetos urbanos, com uma utilidade prática, podendo ser utilizada na conceção de projetos urbanos atuais.

Referências bibliográficas

- Sampaio, M. G. T. de. (2012). *Forma Urbana da Parte Baixa da Lisboa Destruída: análise e avaliação da cartografia (1756-1786)* [Tese de Doutoramento não publicada]. ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa.
- Santos, M. H. R. dos. (2000). *A Baixa Pombalina: passado e futuro*. Livros Horizonte.

BAUC VOL. XXXV, N.º 2

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ESTUDOS

Registos da Arquitectura de Raúl Chorão Ramalho:
de arquivo do *atelier* a coleção de documentação do SIPA
Sofia Aleixo; Victor Mestre

formaurbis LAB: o atlas morfológico como arquivo da cidade portuguesa
Sérgio Padrão Fernandes; Carlos Dias Coelho

Documentos de arquitetura em instituições portuguesas: problemas e desafios
Israel Guarda

Raúl Hestnes Ferreira, the time span of an architectural archive
Alexandra Saraiva

RECENSÕES CRÍTICAS

Arquivo Municipal de Lisboa. (2022). *Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral*. Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/keil_amaral/catalogo_Keil_do_Amaral.pdf
Ana Célia Navarro de Andrade

Santos, M. H. R. dos. (2021). *A Reconstrução da Baixa de Lisboa no século XVIII: O projecto de Manuel da Maia*. Caleidoscópio.
Mafalda Sampayo

ISSN

0872-5632

2182-7974

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <http://www.uc.pt/auc>